



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Audiência Pública e Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 2556/15	DATA: 26/11/2015	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 10h00min	TÉRMINO: 11h25min	PÁGINAS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCELLO ESPELLET MENEZES - Major Chefe da Seção de Gestão Logística de Remonta e Veterinária da Diretoria de Abastecimento do Exército Brasileiro.

SUMÁRIO

Debate sobre práticas adotadas no Exército Brasileiro relativas aos cuidados com os animais. Apresentação do relatório.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Informo que se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da ata da 28ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2015. Indago se há necessidade da leitura da ata. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES** - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Fica dispensada a leitura, por solicitação do Deputado Carlos Gomes.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Ordem do dia.

A presente reunião consistirá na oitiva do Sr. Major Marcello Espellet Menezes, Chefe da Seção de Gestão Logística de Remonta e Veterinária da Diretoria de Abastecimento do Exército Brasileiro, atendendo ao Requerimento nº 85, de 2015, do Deputado Chico Lopes, e na apresentação, discussão e votação do relatório final, do Relator, Deputado Ricardo Tripoli.

Convido a tomar assento à mesa o Major Marcello Espellet Menezes. *(Pausa.)*

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido a cada um dos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo eles ser aparteados. Os Parlamentares interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Eu queria comunicar aos Deputados e à Deputada que hoje faremos a leitura do relatório do Deputado Ricardo Tripoli. Algumas audiências públicas — inclusive há requerimento de sua autoria, Deputada — nós ainda vamos fazer, mesmo depois



da leitura do relatório. Combinamos com o Relator que depois ele poderá fazer um complemento, no relatório dele, quanto a essas audiências. Como o prazo está apertado, precisamos começar a análise do relatório.

Concedo a palavra, por até 20 minutos, ao Major Marcello Espellet Menezes.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Aproveito para reiterar pedido para marcar as audiências.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Desculpe-me, Major, peço só um minutinho.

Como ficou agendado, Paulão? *(Pausa.)*

Domingo, dia 29. Dia 30, Montes Claros. No dia 1º, audiência pública com quem? *(Pausa.)* Com o Deputado Sandoval, de Tocantins, sobre o caso da onça; no dia 2, com o Prefeito Haddad, de São Paulo; e, no dia 3, com o policial federal que matou cavalo nas estradas. Só são esses três? *(Pausa.)* E, no dia 4, encerra-se esta CPI, se não conseguirmos a prorrogação de prazo.

Concedo a palavra ao Major Marcello Espellet Menezes.

**O SR. MARCELLO ESPELLET MENEZES** - Exmo. Sr. Deputado Federal Ricardo Izar, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, na pessoa de quem eu saúdo todos os demais integrantes da Comissão, também pela diletta assistência, é um motivo de muita satisfação, para o Exército Brasileiro, estar aqui nesta Casa falando sobre a maneira como nós tratamos os animais que a sociedade colocou sob nossa responsabilidade.

O objetivo da nossa fala aqui é demonstrar as práticas adotadas pelo Exército Brasileiro relacionadas a cuidados com animais.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu vou seguir este sumário: uma introdução, que estou fazendo agora; a missão da minha seção, a Seção de Gestão Logística de Remonta e Veterinária; as espécies animais com que nós trabalhamos no Exército Brasileiro, notadamente no Comando Logístico; o emprego dos animais; as boas práticas que nós adotamos; e uma conclusão.

Para situar melhor V.Exas., o Comando Logístico, na estrutura organizacional do Exército, tem a função de cuidar de tudo o que diz respeito a animais, e essa



missão é executada por intermédio da Diretoria de Abastecimento, da qual a Seção de Gestão Logística de Remonta e Veterinária é o braço executante.

A missão da Seção de Remonta e Veterinária se divide em duas: a parte de remonta, que trata de todo o provimento de equinos e caninos para o Exército — nós temos criatórios de cães e um de equinos, no Estado do Rio Grande do Sul —, e a parte de veterinária, que cuida do manejo e da sanidade dos animais sob nossa responsabilidade.

Nossa seção é um órgão de planejamento, orientação e apoio técnico-normativo da diretoria e do Comando Logístico, incumbido das atividades de provimento, manutenção e controle dos animais e suprimento de material de veterinária.

Nós trabalhamos, no Comando Logístico, com equinos, caninos e animais de cativeiro. Esses animais de cativeiro são os do Zoológico do CIGS, que são utilizados para instrução daquele Centro de Instrução de Guerra na Selva, e para visitação.

O Exército Brasileiro emprega animais para: cerimonial militar, em atividades de escolta de autoridades, desfiles, formaturas; ensino, principalmente equinos — eles são utilizados, nas nossas escolas de formação, para desenvolvimento de atributos da área afetiva, como coragem, iniciativa, autoconfiança dos militares; operações de garantia da lei e da ordem — é importante ressaltar o trabalho que os cães das Seções de Cães de Guerra das unidades na fronteira executam no combate, auxiliando a Polícia Federal, aos crimes transnacionais, no combate ao tráfico de entorpecentes e explosivos, e tem sido grande o volume de entorpecentes apreendidos em operações com cães das Seções de Cães de Guerra das unidades militares; guarda de instalações — nós temos o entendimento de que um cão supre a tarefa de três homens num posto de guarda; ações cívico-sociais — em quase todas as nossas unidades de cavalaria, nós apoiamos atividades de equoterapia. Agora mesmo, na recente operação na Maré, o cavalo foi utilizado também como meio de se aproximar da população, levando as crianças da comunidade a passear, a conhecer e a interagir mais com a tropa que lá estava. E uma pequena parte dos animais é destinada ao esporte, um número muito pequeno. Nosso resultado mais importante se deu nos Jogos Olímpicos de Pequim, quando nós levamos um oficial



---

nosso, com um cavalo do criatório do Brasil, a competir no Concurso Completo de Equitação.

Com relação ao tema propriamente dito, que me trouxe aqui, nós podemos dividir as boas práticas adotadas pelo Exército Brasileiro com animais em duas vertentes principais: controle sanitário do plantel e cuidados com o manejo.

Quanto ao controle sanitário, todos os nossos animais têm um apoio veterinário nas organizações militares onde estão. Se não existe o veterinário na unidade, pelo menos há na guarnição. Então, eles têm esse apoio veterinário. As nossas seções veterinárias estão dotadas de recursos materiais para atendimento das necessidades básicas do efetivo. No caso de algum tratamento que denote um cuidado maior, nós temos condições de ou atender em uma outra organização militar ou de utilizar serviços da iniciativa privada.

Aqui, nós temos um exemplo, o Hospital Veterinário da Escola de Equitação do Exército. Isso foi um legado dos Jogos Mundiais Militares. Nesse hospital, atendemos equinos da guarnição do Rio de Janeiro.

Nós também temos definido um calendário de obrigações profiláticas, cujo cumprimento é obrigatório. Esse calendário prevê a realização de uma série de vacinas, vermifugações e exames, porque o objetivo é impedir a entrada de determinadas enfermidades no nosso plantel. Se acontecer de elas entrarem, nós vamos ter condições de diagnosticá-las precocemente e de evitar que se alastrem.

Há o fornecimento de água e alimentação balanceada e de boa qualidade. Toda a ração, toda a alimentação consumida pelos nossos animais é especificada num catálogo próprio, que diz o que queremos, as qualidades que esse material tem que ter para ser adquirido. Tudo é inspecionado em laboratórios dos depósitos de suprimentos do Exército antes de ir para o consumo.

Os animais também são submetidos a cuidados diários de limpeza. Eles saem da baia e são rasqueteados. No caso do cavalo, o casco é limpo e engraxado. Os cães são escovados e lavados. As instalações também são limpas diariamente e recebem uma atenção muito grande no aspecto da manutenção. Nós temos alguns quarteis que são antigos e não podemos nos descuidar da manutenção, porque, caso contrário, teríamos a ocorrência de lesões nos animais em função de instalações mal conservadas.



O equipamento utilizado pelos animais também é muito bem mantido. Nós tomamos muito cuidado na hora de comprar, principalmente no caso de cavalos. Uma sela comprada que não fique bem, que machuque o lombo do animal, não é utilizada. O material é conservado de maneira a evitar qualquer dano ao animal, em consequência de seu uso.

Aqui, nós temos modelos de instalações para cães de guerra e uma baia para cavalos.

No quesito transporte de animais, as regras que nós seguimos são muito rígidas e ditadas por uma legislação própria. Nós nos adequamos, evidentemente, à legislação brasileira de trânsito, mas, para transportar, damos muita atenção à segurança, tanto do soldado que faz o transporte quanto dos animais. Eles são transportados em viaturas apropriadas, com um plano de viagem que contempla paradas onde os animais possam ser desembarcados e possam descansar.

No que diz respeito ao segundo aspecto do nosso controle, os cuidados com o manejo dos animais, nós procuramos colocar para trabalhar com eles pessoas vocacionadas para o trabalho. Não adianta colocar quem não quer mexer, porque ele não entende o animal e acaba judiando dele. Então, nós procuramos colocar pessoas vocacionadas. Isso é mais fácil fazer em relação a cães, que o efetivo é menor, do que com relação a cavalos. Muitas vezes, o número de soldados é grande, mas observamos muito o trato do soldado com o animal que ele tem sob sua responsabilidade.

Na doma dos animais, utilizamos a doma racional. Nós não aceitamos mais métodos que causem sofrimento ao animal a ser domado. Atualmente, no nosso criatório na Coudelaria do Rincão, no interior do Município de São Borja, no Rio Grande do Sul, o potro nasce e, logo em seguida ao nascimento, nós já começamos a manipulá-lo. Essa manipulação é chamada de *imprinting*. Fazemos esse trabalho por cerca de 2 semanas. Depois disso, o animal aceita muito bem o trato com o homem. Quando ele chegar aos 3 anos, que é a idade em que ele vai ser domado, é praticamente só montar. Não é preciso fazer mais nada. Existe um vínculo de confiança e não de medo do animal com relação ao ser humano.

Os programas de trabalho que adotamos com os nossos animais evitam a sobrecarga deles. Nós respeitamos muito a fisiologia dos animais. No caso de um



cão fazendo a detecção de explosivo num ambiente climatizado, ele trabalha 30 minutos, descansa 10 minutos e faz uma nova jornada de 30 minutos. Se, dada a fisiologia do animal, for possível fazer uma terceira jornada, isso pode até acontecer, mas nós controlamos muito a disposição do animal.

Também no caso de cães, um animal muito sensível ao calor, a temperaturas muito altas, esse animal, ficando ao sol, sofre de intermação com muita facilidade. Então, nós adotamos que os nossos animais não participem de formaturas ficando muito tempo parados. Eles ficam fora de forma num lugar na sombra, descansando, e na hora do desfile eles entram em forma e realizam o cerimonial do desfile.

Os nossos animais são movimentados diariamente, porque o animal parado muito tempo apresenta problemas, principalmente o equino, que é uma espécie que se desenvolveu ao longo dos anos para passar o tempo inteiro caminhando e pastando. Então, nós procuramos deixá-lo fazer que ele tenha o mais próximo possível do ambiente natural. Então, nós tiramos da baía, trabalhamos roda na guia, monta, sempre respeitando também a fisiologia do animal.

Animais que são acometidos por alguma enfermidade: nós envidamos todos os esforços no sentido de resolver o problema e recuperar o animal. Infelizmente, existem situações em que essa recuperação não é possível. Nós vemos um animal que, às vezes, está no campo, mete a pata num buraco e tem uma fratura muito feia — fratura essa que não tem como reduzir. Então, a única alternativa que resta é a eutanásia. Nós também tomamos muito cuidado. Os métodos cruentos são evitados. Atualmente, o animal é sedado. Depois a gente aprofunda essa sedação, até que ele tenha uma parada cardiorrespiratória. E esse é um procedimento adotado só em último caso. A gente evita, por todos os meios, o sacrifício de animais.

Aí é um exemplo de tratamento, de atendimento.

O ferrageamento.

O animal fazendo um diagnóstico de fratura com Raios X.

E uma cirurgia, uma cirurgia de tendão e uma cirurgia de cólica, que é o calcanhar de Aquiles do equino. A incidência de caso de problema digestivo é muito grande. Então, a gente atua para prevenir, através de uma alimentação adequada e movimentação dos animais.



Outro cuidado que a gente tem é com relação aos animais que atingem uma certa idade, que já não podem mais trabalhar. Esses animais passaram muitas vezes 5, 10, 15 anos prestando bons serviços para nós, às vezes mais. Nós temos unidades aí com cavalos com 28 anos. E não nos parece justo, não nos parece correto simplesmente abandonar esses animais. Então, eles são reformados, eles adquirem o direito de ficar dentro da unidade. Muitos comandantes deixam os animais soltos por dentro do quartel, passeando, com acesso a todo o aquartelamento. Outros animais a gente recolhe e manda de volta para o Rio Grande do Sul, para a coudelaria, onde há áreas grandes, onde eles voltam às origens, voltam aos pagos onde eles nasceram.

E alguns animais são doados para aqueles militares que com eles trabalharam por muito tempo. Isso ocorre principalmente com cães, porque o tratador daquele animal fica 6, 7 anos com ele. Quando está na hora de o animal ser reformado, o próprio tratador pede que esse animal seja doado. Então, é feito o processo de descarga, o animal é descarregado e é doado para manter o contato, até porque o animal também se apega ao tratador.

Para nós, no Exército, nós que trabalhamos com animais, o animal é um companheiro nosso, é alguém que nos acompanha nos riscos da nossa atividade, alguém que está exposto aos mesmos perigos que nós quando estamos em operação. E esses animais muitas vezes dão a vida deles para salvar a nossa. Isso cria um vínculo muito forte entre o tratador, aquela pessoa que conduz o animal, e o animal.

Então, para nós, tratar esses animais com respeito e com cuidado é muito mais do que uma necessidade, isso é uma obrigação, é um dever nosso assim proceder.

Para encerrar, eu deixo para V.Exas. aqui uma imagem de alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro com animais que eles montam. Então, o apego é muito grande. Dessa maneira, acreditamos estar fomentando também na juventude, nos jovens, o apego, o cuidado e os bons tratos com os animais.

Eu acho que era isso que eu tinha para falar para os senhores, e com isso eu encerro a minha apresentação.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria agradecer o pronunciamento do Sr. Marcello Espellet Menezes, Chefe da Seção de Gestão Logística de Remonta e Veterinária da Diretoria de Abastecimento do Exército.

Toda a documentação que o senhor trouxe vai ser entregue para o Deputado Chico Lopes, que é o Sub-Relator e que foi autor do requerimento, e para o Relator Deputado Ricardo Tripoli.

Com a palavra o Deputado Relator Ricardo Tripoli.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria inicialmente cumprimentar o Coronel Marcelo Menezes pela gentileza da sua apresentação — Major, perdão.

**O SR. MARCELO ESPELLET MENEZES** - A promoção é sempre bem-vinda.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Já elevei a sua patente. É sinal de que algum dia nós nos encontraremos, com certeza, o senhor coronel, e por que não, general? Na carreira militar ficamos sempre mirando lá na frente. Eu fico muito feliz em recebê-lo aqui, e quero dizer da importância do Exército. Tive uma grande experiência na época em que tive o privilégio de presidir a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e nós éramos vizinhos. O Comando da Polícia do Exército fica exatamente ao lado da sede da Assembleia Legislativa, no Parque Ibirapuera. E fizemos uma grande parceria com o Exército. E me recordo, à época, que uma das apresentações feitas ali no pátio da Assembleia Legislativa, pelo Exército, foi a dos animais que são criados pelo Exército, que são domesticados pelo Exército, sobre a maneira como o Exército trata esses animais, exatamente na linha da sua apresentação feita hoje aqui.

Portanto, queria, como Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, cumprimentá-lo, e agradecer o Exército Brasileiro pela maneira ativa como tem se destacado no que diz respeito à proteção dos nossos animais, principalmente os silvestres. O Exército, que vai às nossas florestas, porque é a área militar que faz esse deslocamento, na questão da recuperação, do resgate de animais silvestres tem sido um grande parceiro na nossa causa. Portanto, leve, V.Sa., o reconhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito e desta Relatoria. Com certeza, iremos incluir aquilo que o senhor nos traz hoje aqui, que será muito importante para que o relatório possa, depois de aprovado, caminhar pelas nossas



universidades brasileiras, pelos colégios, pelas escolas, pelos governos, pelas prefeituras, pelas câmaras municipais, pelas assembleias legislativas. Que todos possam aproveitar esse caldo de cultura que acumulamos aqui, ao longo desses 3 meses, com as oitivas de várias personalidades.

Portanto, fica aqui o registro dos meus cumprimentos ao Exército Brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra ao Major Marcello Espellet para as suas manifestações finais.

**O SR. MARCELO ESPELLET MENEZES** - É muito importante a maneira como nós nos conduzimos na sociedade, a maneira correta, a maneira justa, e uma das manifestações de correção de atitude podemos observar pelo carinho com que tratamos um animal. Dificilmente uma pessoa que trata bem um cão, que afaga um cavalo, que se preocupa em recolher um passarinho que caiu do ninho é uma pessoa de má índole. Então, nós temos que procurar cultivar essas atitudes nos nossos jovens para que nós tenhamos gerações melhores.

Com relação ao Exército, nós estamos sempre procurando melhorar, sempre procurando progredir na maneira de tratar esses seres que o Estado brasileiro coloca sob nossa responsabilidade.

Nós cometemos erros, sempre que nós plotamos algum, tratamos de corrigi-lo, e sempre procuramos fazer o melhor em prol desses seres que trabalham conosco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu agradeço a presença do Major.

Vamos passar agora à apresentação do Relator.

Antes de passar a palavra ao Relator, informo que o inteiro teor do relatório final está disponibilizado no sistema e pode ser acessado nos computadores deste plenário. Por se tratar de um relatório robusto, com mais de trezentas páginas, esta Presidência evitou a impressão em papel.

Assim que o Relator voltar, concederemos a palavra a S.Exa.

Com a palavra o Deputado Goulart.

**O SR. DEPUTADO GOULART** - Pela ordem, Sr. Presidente.



Antes da leitura do relatório, quero cumprimentá-lo pela brilhante condução dos trabalhos, e também o Relator, Deputado Ricardo Tripoli, porque não poderiam ter sido escolhidos melhores Presidente e Relator, mesmo porque os senhores são os doutores da causa animal nesta Casa. E eu, como neófito, estou aqui procurando colaborar, mesmo porque tenho um compromisso com meu filho que, por ser veterinário e participar da Comissão de Defesa dos Direitos Animais da OAB de Santo Amaro, pediu-me que eu dedicasse parte do meu mandato à proteção animal.

Sr. Presidente, V.Exa. até havia me dito que não caberia mais questão de ordem, mas a minha questão de ordem diz respeito à reunião de terça-feira. Quando eu cheguei à CPI, falava-se a respeito da convocação do Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Eu, de imediato, me posicionei contrário à convocação do Prefeito, mesmo porque o Prefeito de São Paulo, embora responda por todas as ações da Prefeitura — e foi brilhante a inspeção feita por esta Comissão na região Leste de São Paulo —, cabe ao encarregado da fiscalização, e deveria ser chamada, sim, a fiscalização, a fiscalização pela venda de animais. E eu não concordei que o convite se transformasse em convocação, mesmo porque eu gozo de uma relação muito próxima com o Prefeito Fernando Haddad. Já havia conversado com ele a respeito do assunto, embora a assessoria da Comissão tenha tido dificuldade. Ele se propunha a vir como convidado. E eu ainda acho que, até por se tratar da maior cidade da América Latina, não poderíamos impor esse desgaste ao Prefeito Fernando Haddad. Eu volto a dizer, o Prefeito tem se preocupado muito com o bem-estar da cidade, embora muitas pessoas não concordem, e, certamente, como eu mesmo disse na terça-feira, se sabedor da negligência da fiscalização, ele imputará pena ao servidor que tem a obrigação de fazer essa fiscalização.

Portanto, eu volto a apelar a V.Exa. e ao Relator que isso sequer conste do relatório — quando eu saí da sala foi que houve a decisão de fazer a convocação — e que seja mantido como convite, para que a imagem do Prefeito não seja desgastada por uma convocação não atendida, mesmo porque os nossos trabalhos estão se encerando.

De qualquer forma, independentemente, eu sei da grandeza que tem V.Exa., Deputado Ricardo Izar, que é o meu guru no PSD. Eu tenho me espelhado muito no trabalho da V.Exa., tenho sido seu seguidor na bancada, e eu tenho certeza de que



a sua decisão será a mais sábia. E eu levo daqui para a cidade de São Paulo, ao Prefeito Fernando Haddad, porque vou viajar daqui a pouco, vou até à sede da Prefeitura, a decisão que, eu tenho certeza, será a melhor possível.

De antemão, eu quero cumprimentar o Relator Ricardo Tripoli, por quem tenho a maior admiração. Eu conheci o Tripoli quando fui trabalhar como assessor na Câmara Municipal de São Paulo. A primeira briga que eu tive com o Tripoli foi quando morreu Tancredo. Talvez ele não se lembre disso. É que o meu amigo, Zé de Abreu, havia feito um busto do Tancredo, e o pai do Tripoli teve a iniciativa de produzir outro busto, e eu estava na disputa para ver qual busto seria colocado. Eu defendi o busto do Zé de Abreu. Aliás, do Zé de Abreu, não, que ele está vivo, graças a Deus, mas do Tancredo, que foi aquele idealizado.

Mas, enfim, foi uma coisa fantástica, e o pai do Tripoli, embora tenha problema sério na vida, porque a vida toda torceu pelo time errado — eu não gosto de falar o nome daquele time —, sempre foi um grande político e deu vida a dois políticos maravilhosos que são o Roberto e o Ricardo Tripoli.

O Roberto Tripoli sempre brigou comigo lá na Câmara, porque todas as vezes que eu ia falar o nome dele eu falava Ricardo Tripoli. Algumas pessoas, até hoje, chamam-me de Caruso, eu não sei por que, mas até hoje os caras me chamam de Caruso. Eu fico feliz, porque é o criador.

É isso pessoal. Desculpem a brincadeira. Carinhosamente, eu cumprimento vocês, e não teria competência para dirigir ou relatar uma CPI de tamanha importância.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Goulart, V.Exa. sabe do apreço que eu tenho por V.Exa., mas, na verdade, não caberia a questão de ordem. Nós não estamos nem considerando como questão de ordem, porque a votação foi feita de forma regimental.

Eu, pessoalmente, tenho uma opinião diferente da de V.Exa. referente à pessoa e ao Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Desde que ele tomou posse em São Paulo, eu venho tentando, com sua assessoria, marcar uma reunião para tratar de dois assuntos: um seria a apresentação de um plano municipal de combate à enchente; o outro seria a questão das feiras clandestinas e do comércio ilegal de animais. Eu nunca consegui uma resposta para essa agenda. Nunca. E aí, quando



nós abrimos a CPI, nós o convidamos para vir a esta Comissão, e também não obtivemos resposta por 30 dias.

Como a CPI está acabando, a única forma de nós conseguirmos falar com o Haddad, infelizmente, foi a convocação, porque se nós não o convocássemos, com certeza, ele não daria satisfação desses atos.

Então, eu peço desculpas. Vou manter a decisão, mas vou deixar registrado em ata a indignação de V.Exa. com a convocação. Sei da sua amizade e relação com o Prefeito, mas eu acho que, como nós temos como foco os animais, alguém tem que responder por eles em São Paulo, e nada melhor do que quem administra a cidade de São Paulo.

Passo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Sr. Presidente, eu recebi aqui o relatório do Deputado Ricardo Tripoli, grande, por sinal, e com propostas imensas e de toda ordem, por isso eu queria pedir vista do relatório e solicitar informação sobre qual tempo nós temos para dar retorno da vista que nós estamos solicitando.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Eu vou pedir vista também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - A vista será concedida. Eu vou conceder vista coletiva a todos os Parlamentares aqui, porque não dá tempo de ler um relatório desses agora. Mas, antes de conceder o pedido de vista, e nós vamos conceder, eu queria passar a palavra ao Relator para que S.Exa. faça as considerações iniciais sobre o relatório.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Pela ordem, Presidente. Eu só queria que V.Exa. considerasse que eu tenho que estar presente a outra CPI aqui ao lado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não. Fica registrado o pedido de vista coletivo concedido a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - É só para ficar registrado, então. Desculpa, eu não vou poder ficar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - É porque eu só posso conceder vista depois do início da apresentação do relatório.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Ah, é que eu tenho requerimentos em outra CPI aqui, e preciso apresentá-los. Desculpe. Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Carlos Gomes.

**O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES** - Aproveitando o momento do pedido de vista, e nós entendemos a preocupação dos Deputados, que também é nossa, peço um esclarecimento. Eu posso pedir vista de um projeto sem conhecer o teor dele? Antes de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não.

**O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES** - Não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não. Por isso que a vista vai ser concedida depois...

**O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES** - É só para esclarecimento. Pelo menos, durante o tempo em que eu fiquei como Deputado Estadual eu nunca vi se pedir vista antes da leitura de um projeto ou de um parecer. Primeiro, a leitura, para ter conhecimento daquilo, para gerar o entendimento se realmente necessita de vista ou não.

Claro que, no caso deste relatório, pelo tamanho que tem, e ele deu bastante trabalho para o Deputado Tripoli, nós precisamos ouvir, ver o que já existe e o que podemos sugerir. Mas foi só mesmo a título de esclarecimento de dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Nós vamos ter agora o pedido de vista logo depois da apresentação, mas, vale lembrar, a CPI acaba no dia 4. Nós temos que encerrar os trabalhos até o dia 4. Até agora nós não conseguimos estender o prazo. Talvez entre hoje na pauta do plenário um pedido de duas semanas a mais, mas não podemos contar com isso, porque não sabemos nem se vai dar quórum.

Então, vamos contar com esse prazo, tentar analisar e fazer as sugestões dentro desse prazo.

Com a palavra o Capitão Augusto.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Presidente, eu também preciso ir à CPI dos Fundos de Pensão. Vou tentar ver se consigo convencer o Deputado Ricardo Tripoli. Nós já estamos com a discussão do debate dos rodeios na Comissão do Meio Ambiente, lá na CCJ, já foi marcada uma audiência pública para



ouvir tanto o pessoal da vaquejada, dos rodeios, quanto das provas equestres, nós já temos duas discussões lá.

Eu pediria, Deputado, para que se retirasse a questão dos rodeios desse relatório final. Primeiro, que foi um item que nem foi acordado e combinado, e todos os senhores sabem que, quando foi assinada a CPI, naquela época, o acordo que havia entre os Deputados era não incluir a questão dos rodeios. Então dos nove itens principais que estão lá para instauração da CPI não estava prevista a questão dos rodeios.

Eu pediria que guardássemos esse debate para a CCJ e a Comissão do Meio Ambiente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Se V.Exa. me permite, Deputado, eu gostaria de lembrar que houve, sim, uma discussão para que não fosse discutida a questão dos rodeios, mas foi votado, eu me recordo bem e consta inclusive das notas taquigráficas, e aceito que a questão do rodeio teria uma discussão e ela seria paritária, nós ouviríamos aqueles que são favoráveis e os que são contrários. O acordo foi cumprido, não houve nenhum descumprimento. Agora, tem, obviamente, membros da Comissão que são contrários e outros que são favoráveis.

Eu fiz o relatório e vou falar durante a apresentação não obviamente de cada um dos pontos, nem dá pra tocar em todos os pontos, mas ele fica liberado. Eu até combinei com o Presidente que, se não houvesse nenhum pedido de vista, nós mesmos iríamos, de ofício, solicitar vista coletiva para que todos tenham acesso a todos os dados.

E na próxima reunião, quando for deliberado, e nós estamos contando com a prorrogação do prazo que solicitamos ao Presidente da Casa... V.Exa. há de ver que o clima político na Casa é muito ruim hoje. Ontem não houve nem sessão, não foi votado absolutamente nada. Nós estamos aguardando a votação da prorrogação da nossa Comissão.

E aí, obviamente, cada um está recebendo agora, via Internet, todos os dados, todas as informações de tudo que se passou aqui na nossa Comissão. Obviamente, esta Casa é a Casa do contraditório. V.Exa. tem a sua posição, que respeito, como eu tenho a minha posição, e, como Relator — fui obviamente



designado e aprovado pelo colegiado dos Deputados —, vou obviamente fazer menção do que aqui aconteceu.

Se V.Exa. vê alguma discordância, faça a sua posição, presente, não tem nenhum problema no que diz respeito à divergência, mas eu não posso, obviamente, deixar que V.Exa. coloque que foi feito um acordo. O acordo foi feito para que houvesse audiência dentro da CPI, que fossem ouvidos os que são contrários e também os que são favoráveis. Isso foi cumprido tanto por mim, Relator, como pelo Presidente da Comissão.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Não, não estou falando de agora, estou falando anteriormente. Esta CPI já foi assinada há algum tempo e, pelo que eu levantei no histórico, havia um acordo de instaurar a CPI sem incluir os rodeios. Obviamente, depois, foi votada sem problemas.

Mas o que eu estou falando, tentando argumentar, é que nós já temos essa discussão na CCJ, já temos várias pessoas a serem ouvidas, temos essa discussão também na Comissão de Meio Ambiente, eu acho desnecessário trazer essa discussão aqui. O relatório, ao que tudo indica, vai estar ótimo, a única questão que vai dar discussão é essa dos rodeios, que nós poderíamos guardar para a CCJ, onde a discussão vai ser muito mais ampla do que foi aqui, e também para a Comissão do Meio Ambiente.

Então, é um pedido que eu faço, obviamente. V.Exa. tem todo o direito de manter, se quiser.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Quero dar apenas uma contribuição ao que o Capitão Augusto falou. Nesse dia que discutimos aqui foi um grande debate, mas bem tranquilo, não sei se V.Exa. acompanhou, depois se quiser acompanhar pelo que está registrado aqui na Casa, eu acho que foi bem tranquilo, e talvez não precise ter tanta preocupação não. Esse é pelo menos o meu olhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Junior Marreca.

**O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA** - Sr. Presidente, eu só quero me aliar ao posicionamento a respeito dos rodeios e também das vaquejadas. Quero fazer um apelo aqui também para tratarmos disso com mais cuidado. Existia esse acordo inicial, realmente, de tratarmos de forma diferenciada rodeios e vaquejadas,





mas também não participei dessa votação. E aí eu me coloco tranquilo em relação ao que houve de votação, mas se pudesse, gostaríamos de ter um tratamento diferenciado, especial, até porque a discussão vai para a CCJ, vai para a Comissão de Meio Ambiente também. Então, seria interessante que pudéssemos ter um tratamento diferenciado, cuidadosamente, porque são patrimônios nacionais, são eventos importantes da cultura nacional que eu acho que têm que ser vistos com muito cuidado. É claro que nós temos colocar regras para que se respeite realmente aquilo que estamos construindo: o respeito em defesa dos animais. Mas são duas questões importantes que eu quero registrar aqui, para que V.Exa. coloque nesse seu coração bom, tranquilo, nessa consciência sã, a fim de nos ajudar a ter um tratamento diferenciado em relação a rodeios e vaquejadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Nós vamos deixar registradas em ata, lógico, todas essas opiniões contrárias e favoráveis.

Agora vou passar a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, primeiro, quero cumprimentar cada um dos Parlamentares que colaboraram e fizeram parte desta nossa Comissão, iniciando por V.Exa., Presidente Ricardo Izar, que nos deu, obviamente, a possibilidade de ter aqui amplos debates, de forma democrática, buscando a convergência no que diz respeito ao assunto.

Esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que apura maus tratos aos animais. Ou seja, nós não podemos nos distanciar dessa questão. Tivemos aqui o absurdo, por exemplo, do comparecimento de pessoas que vieram advogar a possibilidade de manter as rinhas de briga de galo. Até um Senador destoou. Provavelmente S.Exa. entrou na Comissão errada, e fez aqui uma fala completamente distorcida daquela que, obviamente, é o objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, Sr. Presidente, quero cumprimentar os Deputados Adilton Sachetti, Afonso Hamm, Alexandre Serfiotis, Antonio Bulhões, Aureo, Capitão Augusto, Chico Lopes, Domingos Neto, Fernando Jordão, Giovani Cherini, Goulart, Junior Marreca, Laudivino Carvalho, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Ramos, Max Filho, Milton Monti, Nilton Tatto, Onyx Lorenzoni, a Deputada Raquel Muniz, atuante Deputada nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, também V.Exa., que já fiz a citação, o Deputado



Ronaldo Nogueira, que também participou bastante das nossas reuniões, as Deputadas Shéridan e Tereza Cristina, os Deputados Valdir Colatto, Vitor Mendes, a Deputada Alice Portugal, os Deputados André Fufuca, Arnaldo Jordy, a Deputada Bruna Furlan, o Deputado Carlos Gomes, também assíduo frequentador, que participou intensamente dos debates desta Comissão, os Deputados Daniel Coelho, Eros Biondini, Geraldo Resende, Herculano Passos, Jefferson Campos, Marcos Montes e Sarney Filho.

Também não posso deixar de registrar, da nossa assessoria, os consultores legislativos que ajudaram, acompanharam, tiveram fins de semana sem sono, porque muitas vezes cobrávamos deles em várias reuniões que tivemos, para finalizar esse relatório.

Quero cumprimentar os Consultores Legislativos Dra. Ana Cristina Fraga da Silva Schwingel, Dra. Deborah Wajngarten, Dra. Laura Peron Puerro, Dr. Mauricio Schneider.

Quero também cumprimentar, da assessoria técnica do meu partido, o PSDB, o Luciano Lavocat e a Karina Roxo pela colaboração, ajuda, empenho; da assessoria técnica, que nos ajudou muito, o Secretário Paulo Sérgio dos Santos, Mário Coutinho, Camilo, Cristiano; e as taquígrafas, hoje está aqui a Helena, pela gentileza e pela paciência que tiveram conosco durante os debates, que não foram nada fáceis de serem contornados.

Farei uma breve apresentação. Como o Presidente já mencionou, o relatório final já está publicado no endereço [cpimaustratosdeanimais@camara.leg.br](mailto:cpimaustratosdeanimais@camara.leg.br), ou seja, quem tiver interesse, está disponível, não só aos Parlamentares, mas a todos que acompanharam a Comissão Parlamentar de Inquérito, àqueles internautas que participaram, inclusive, dando sugestões, às entidades não-governamentais protetoras dos nossos animais e aos que colaboraram com sua participação nas palestras, oitivas e visitas.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que esta Comissão foi a que mais teve audiências de todas as CPIs que foram abertas aqui, na Câmara dos Deputados, não só nas reuniões internas, nas oitivas de depoimentos, mas também nas reuniões externas nos Estados brasileiros, para aferição. Dentro do que foi determinado, a área de proteção animal foi extremamente bem calçada em cima de



depoimentos que deram densidade para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Os animais silvestres, da mesma forma, e também os chamados animais exóticos da mesma forma. Dentro dessas três categorias, acho que podemos elencar em nosso relatório todos esses depoimentos, todos os documentos fornecidos à nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

São cerca de 500 páginas. Com certeza, vamos dedicar um pouco de tempo para a leitura. Por isso, nós combinamos, o Presidente e eu, que haveria essa vista conjunta, para que todos pudessem debruçar-se em cima desse relatório.

Esperamos que o Presidente da Casa nos dê o prazo que foi solicitado. Seria importante incluirmos aqui alguns itens. Inclusive, acabou não constando aqui a solicitação de constituição e votação do Código Federal de Bem-Estar Animal, proposto por mim e já citado pelo Presidente há cerca de 9 anos. Nós vamos incluí-lo, bem como um projeto do Deputado Alexandre, que também está faltando. Faremos um aditamento dessas questões que ficaram à margem, bem como dos depoimentos que ocorrerão nos próximos dias. Teremos margem para fazer inclusão desses itens.

A questão do bem-estar dos animais não humanos não é preocupação recente de nossa sociedade. A legislação mais antiga é o Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934, que “estabelece medidas de proteção aos animais”. Antes disso, no entanto, mais especificamente em 1895, a União Internacional Protetora dos Animais — UIPA era fundada em São Paulo.

Aliás, o Vice-Presidente da UIPA, Affonso Vidal, foi quem redigiu o texto que listava as condutas classificadas como maus-tratos aos animais e que foi aprovado pelo Presidente Getúlio Vargas na íntegra. A bem da verdade, a preocupação era tão grande no Governo Getúlio Vargas que a tutela desses animais era destinada ao Ministério Público — estamos falando de 1934.

Nos últimos anos, no entanto, a questão tem-se destacado de forma exponencial entre as preocupações de nossa sociedade. Chegamos a tal nível que é impossível ao poder público não responder adequadamente à demanda por políticas públicas mais eficazes na proteção animal, adequando a regulação de várias atividades humanas a restrições que atendam ao bem estar desses seres que compartilham conosco o usufruto dos ecossistemas do planeta.



Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar os maus-tratos aos animais, entrega o resultado de suas investigações e de seus debates, por meio deste relatório. Acreditamos que a Comissão Parlamentar Inquérito alcançou seu principal objetivo: o de alçar a questão do bem-estar animal ao patamar que merece na agenda política brasileira.

A porção investigativa da Comissão Parlamentar de Inquérito resultou em alguns indiciamentos que, certamente, seriam em maior número, caso tivéssemos mais tempo de trabalho. São suficientes, no entanto, para marcar a posição de que maltratar animais não é mais, no Brasil, uma atitude para a qual o poder público e a sociedade estejam alheios ou tenham vendados os seus olhos.

Os casos de maus-tratos foram expostos ao julgamento moral da sociedade, em âmbito nacional, resultando em indubitável aprendizagem para grande parte da população e reforçando o trabalho incansável das entidades protetoras.

A porção propositiva, resultante das muitas e dedicadas contribuições que a Comissão recebeu nas audiências públicas, nas diligências e com as participações voluntárias e comprometidas de entidades e pessoas físicas, aponta para a necessidade de aprovação de vários projetos de lei em tramitação e de novos, de autoria da própria Comissão Parlamentar de Inquérito, além de sugestões aos órgãos públicos, cuja atuação relaciona-se ao bem-estar animal. Os problemas normativos e administrativos levantados e as soluções propostas mostram que é preciso que a administração pública ganhe em atribuições, em estrutura e em capacidade operacional, para que possa atender a contento à demanda real pelo bem-estar dos animais não humanos que a sociedade brasileira enfaticamente apresenta ao poder público.

Sr. Presidente, entrego a V.Exa. o Relatório Final desta Comissão Parlamentar de Inquérito que, como já fiz menção, está assim subdividido: uma pequena apresentação; aspectos criminais dos fatos que deram ensejo à criação desta CPI; animais domésticos; animais silvestres nativos; animais silvestres exóticos e de espetáculos; proposições legislativas; indiciamentos; recomendações. Há ainda a relação de todos os anexos que fizemos constar desse relatório e, no fim, obviamente, os termos utilizados.



Esse é o primeiro documento da produção legislativa do Congresso Nacional que diz respeito à proteção animal. Portanto, tenho certeza de que nós todos aqui estamos inaugurando uma nova era no que diz respeito à proteção dos animais, até porque eu não conheço, no Brasil, nenhuma experiência idêntica a essa, na conformidade e com a participação de Parlamentares praticamente de todo o País. O Brasil está representado hoje aqui nesse relatório, com a colaboração dos senhores e das senhoras que fizeram com que pudéssemos entregar à sociedade algo que ela almeja há muitos anos, eu diria quase a 1 século, porque, depois do decreto de Getúlio Vargas, não há nenhum documento, nenhuma referência nacional que diga respeito à proteção dos animais.

Portanto, faço aqui simbolicamente a entrega do relatório a V.Exa., dando pelo menos satisfação, primeiro, à sociedade brasileira e, segundo, ao Congresso Nacional, do final de uma Comissão Parlamentar de Inquérito extremamente profícua, extremamente densa, com muitos debates, com muitos discursos acalorados, com diferenças expostas. Mas o fundamental é que criamos o início desse debate. Esperamos que esse relatório seja obviamente o princípio, o começo de uma discussão e que possamos mostrar ao mundo que o Brasil tem sim preocupação no que diz respeito à causa dos animais.

Portanto, agradeço a indicação de todas as Sras. e Srs. Deputados para o encargo que me deram de ser o Relator. Espero ter cumprido a minha missão e fico ainda a dever alguns aspectos, com certeza, ao longo dos próximos anos que vamos caminhar juntos não só na confecção, mas no apoio às iniciativas que foram apresentadas pelo Plenário.

Agradeço ao Deputado Ricardo Izar pela parceria e pela colaboração, no que diz respeito ao término dessa nossa missão. E espero que o Presidente nos dê uma informação positiva quanto à prorrogação dos trabalhos, para que possamos ainda incluir esses itens já mencionados.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Primeiro, eu queria agradecer e cumprimentar o Relator, o Deputado Ricardo Tripoli. Eu sou prova do seu esforço e acho que o relatório não poderia estar em melhores mãos, pois S.Exa. é alguém



que conhece tudo do assunto. Quero parabenizar o Relator e agradecer a todos os Parlamentares.

Ainda temos um pequeno prazo, para que sejam feitas sugestões. Então, quem quiser fazer alguma sugestão de texto é só enviar para o gabinete do Deputado Ricardo Tripoli ou para a Secretaria da Comissão. As emendas que vamos ter direito a fazer no texto são só emendas supressivas. Então, se for sugestão de texto, tem que ser enviada enquanto houver tempo para alterar o texto principal do relatório.

Com a palavra o Deputado Carlos Gomes.

**O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES** - Sr. Presidente, como nós estamos chegando basicamente ao final desta CPI, primeiro quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos na Presidência. Eu creio que os Ricardos fizeram uma boa dobradinha: o Relator, Deputado Ricardo Tripoli, e também o Presidente, Deputado Ricardo Izar. E digo isso não só pela competência e conhecimento técnico, mas também pelo compromisso e comprometimento com esta causa que nos envolveu e nos uniu, para que esta CPI pudesse ter esse bom andamento, bom desempenho em números de audiências públicas, de oitivas, etc., gerando esse material que, com certeza, ficará para as próximas gerações, por muito tempo.

O último documento voltado para o tema é de 1934, então com essa complexidade, com essa dedicação e detalhamento, evidentemente, se nos derem mais tempo, poderemos melhorar o fechamento desse trabalho. Não que a conclusão esteja ruim, mas sempre cabem mais coisas.

Mas eu quero dizer da minha alegria e satisfação de ter participado desta Comissão, ainda que na condição de suplente, mas me sinto feliz por ter estado aqui nesta Legislatura e acompanhado esta CPI contra os maus-tratos de animais. Nós vimos aqui, em algumas oitivas, quantos absurdos se praticam contra essas vidas inocentes, esses seres indefesos que precisam, de fato, que pessoas se preocupem com eles, preservem e garantam a sua integridade.

Então, eu quero dizer da alegria e satisfação de ter participado desta Comissão e parabenizar o Presidente e o Relator. Que bom que nós estamos juntos nesta CPI!

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Carlos Gomes, se fôssemos atender a todos os pedidos que nos chegaram, através de *e-mail* — e a Vanessa que acompanha disse que foram mais de 8 mil denúncias de maus-tratos —, precisaríamos de uma CPI que durasse, no mínimo, um mandato inteiro para apurarmos todos os casos.

Então, há quem tenha feito a denúncia e, às vezes, ficado triste porque não deu tempo de a CPI apurá-la. Mas é humanamente impossível apurar todos os casos. Só temos a certeza de que os casos de maus-tratos são inúmeros aqui no Brasil, infelizmente ainda. Mas a CPI vai servir de vitrine para mostrar que nós vamos olhar esses casos com outros olhos agora no Brasil.

**O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES** - V.Exa. me permite, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Lógico, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES** - Deputado Ricardo, eu não li o relatório ainda, mas nós sabemos que muitos desses maus-tratos são questões culturais. Sabemos que é questão de falta de conscientização, porque faltam campanhas para conscientizar a população, falta organização do Estado para ter a compreensão da importância de proteger esses animais.

Como eu não li, não sei se está prevista a criação de um cadastro para monitorar quantos animais nós temos, a população, onde estão distribuídos, por Região, por Estado, etc., e também quanto a algumas questões que, inclusive, eu lhe falei, para a criação de um espaço, de uma atividade para que os Deputados que queriam, por exemplo, destinar algum recurso, via emenda para políticas públicas, para ajudarmos e auxiliarmos os Municípios que precisam de uma resposta. Não sei se isso está contemplado.

Eu não li, Deputado, perdoe-me. Não tive tempo ainda para ler, mas são só essas perguntas que eu deixo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Vou passar a palavra ao Deputado Junior Marreca, que está esperando já faz algum tempo. E aí o Relator poderá responder aos dois de uma só vez.

**O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA** - Quero parabenizar o trabalho que foi feito. Eu estou no meu primeiro mandato de Deputado Federal e estou muito orgulhoso de ter participado desse processo. Até porque as pessoas que compõem



esta CPI e a conduzem, como o Sr. Presidente e o Sr. Relator, conhecem bem o assunto, e aqui eu tenho aprendido bastante.

Quero aproveitar a oportunidade — e não sei se já está em tempo — para pedir vista e dizer o quanto eu estou orgulhoso de participar desse processo.

E o Estado do Maranhão também contribuiu, através do Deputado Estadual Wellington do Curso, que veio fazer uma denúncia importante aqui. E eu torço para conseguirmos a prorrogação, para que possamos trazer para cá evidências maiores, a fim de consolidar aquelas denúncias no Maranhão.

E, caso contrário, eu peço a ajuda de V.Exas., lá na Comissão de Meio Ambiente, para que possamos conduzir essa questão do Maranhão, que foi uma denúncia muito grave apresentada pelo Deputado Estadual.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Vista concedida.

Nós vamos conceder vista coletiva para todos os Deputados. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Ramos. Ontem, houve um projeto do Deputado aprovado na Comissão de Meio Ambiente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS RAMOS** - Quero agradecer a oportunidade de participar da minha primeira CPI na Câmara dos Deputados. Quero agradecer a cada funcionário, aos assessores que se debruçaram sobre esse tema e nos ajudaram, indo aos Estados ou aqui mesmo no plenário. Quero agradecer a oportunidade de ter uma experiência nova. Mesmo meu filho sendo Secretário de Promoção e Defesa dos Animais, no Rio de Janeiro, eu não convivía com o tema maus-tratos a animais. Ele convive com isso no dia a dia.

Aqui, nós percebemos a atenção especial que foi dada ao tema por vários Parlamentares, os que foram convidados trouxeram um conteúdo importante e até aqueles que foram convocados, em razão de denúncias de maus-tratos, deram subsídios ao Relator para que pudéssemos evidenciar essa situação. O Deputado falou de conceitos, para que os Estados e Municípios trabalhem mais esse tema importante. São poucos os Municípios com condições de ter infraestrutura para dar esse tipo de atenção aos que fazem esse trabalho individual.

Em nosso Estado, estamos empenhados em buscar uma atenção especial a essa causa da proteção aos animais.





Lembro ao Sr. Relator que tentamos, este ano, colocar uma emenda no Orçamento e, mais uma vez, não conseguimos. Acho que isso seria muito importante. Queremos ajudar. O Município precisa de recursos, mas não conseguimos. Acho que essa seria a nossa luta final.

Não sei se está contemplada no relatório a sugestão que demos sobre as multas. A multa que o cidadão paga por não ter votado, se não tiver como comprovar que estava doente ou trabalhando, vai para o Fundo Partidário. Eu dei a sugestão de que, com uma rubrica desse porte, Estados e Municípios poderiam receber parte desse volume de dinheiro, que é muito grande. Mais de 20% da população deixa de ir às urnas. Então, eu acho que seria importante nos debruçarmos sobre essa sugestão. Eu apresentei um projeto de lei para que fosse destinado ao Conselho de Segurança Pública, mas já que estou aqui, estou buscando um novo caminho.

Muito obrigado pela atenção de cada um, pelo carinho. E coloco o meu gabinete à disposição de todos, inclusive dos denunciantes de maus-tratos a animais, para que possamos acompanhar esses casos daqui para frente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Deputada Raquel Muniz.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Eu sou uma Deputada otimista. Costumo dizer que eu vi nascer os trabalhos desta CPI, com os Deputados Ricardo Izar e Ricardo Tripoli, lá em São Paulo, quando eles fizeram uma sensibilização junto ao Presidente da Câmara dos Deputados e nos levaram para visitar um espaço onde animais sofriam maus-tratos, naquela importante metrópole.

De lá para cá, foi um trabalho intenso, de norte a sul do Brasil, do qual participamos junto com os demais membros da CPI e os assessores desta Casa, aos quais eu agradeço também.

E pude ter uma noção de como isso está no Brasil. E qual foi a minha atitude? Ela será mostrada no dia 30, em Montes Claros. Esta CPI conseguiu mudar conceitos de uma cidade, de um Estado. O maior papel dela foi este: não só identificar aqueles que praticam maus-tratos, mas, efetivamente, prevenir esses



maus-tratos. Acredito que houve uma evolução muito grande em nosso País. Temos de ser sempre otimistas e melhorarmos as condições de vida do brasileiro.

As pessoas, às vezes, utilizavam os animais para transportar cargas, até porque não tinham outro meio para fazer isso. À medida que os animais deixaram de ser utilizados, começaram a aparecer outros problemas, inclusive, a superpopulação de animais, tema hoje discutido pela CPI, com relação aos jegues. Então, eu acho que temos de pensar de uma maneira diferente.

Vi a preocupação de alguns Deputados com relação aos rodeios. Eu também tenho fé e acredito que vai chegar o dia, como ocorre em Parintins, de comemarmos essas festas culturais, com fantasias de animais mesmo. Nós vamos evoluir para isso, mas há todo um processo e há que se respeitar também a cultura brasileira.

Eu sou médica e sempre tive uma preocupação com o humano, também comigo aconteceu essa transformação. Isso é permitido a partir do momento em que também evoluímos em outras áreas, conseguimos dar alimento para os homens e aí podemos ter esse foco também sobre os animais.

Agradeço a esta CPI, a todos os Parlamentares que contribuíram, claro que guiados pelos nossos Líderes, os Deputados Ricardo Tripoli e Ricardo Izar, e a toda a equipe que está por trás e compõe esta Comissão. E V.Exas. tiveram o cuidado de fazer esse agradecimento final.

Temos de agradecer também ao Brasil, a todos que nos acolheram, que nos receberam nas audiências, às pessoas que vieram aqui, ainda que convocadas ou convidadas, e mostraram um lado negativo, mas que também contribuíram para que possamos apresentar propostas de leis mais justas nesta Casa, de acordo com os costumes das pessoas.

Acredito que todo o esforço, desde o primeiro semestre, e a celeridade que o Presidente deu aos trabalhos nesta Casa fizeram com que conseguíssemos também avanços para, efetivamente, punir as pessoas que praticam maus-tratos contra os animais.

Acredito que esse relatório final que será entregue para o Brasil, através dos importantes órgãos e do Governo Federal, vai sim minimizar esse problema. Ainda fico triste por termos tido de trabalhar também com temas que foram emergentes,



que foram urgências, como o caso dos 5 mil bois lá no Pará. Esta Comissão prontamente esteve lá presente para identificar o problema. Ontem, eu até mandei a informação pelo WhatsApp da CPI de que os bois ainda continuam lá. Então, nós precisamos dar celeridade também a essas coisas.

Mas eu ainda continuo com esta visão otimista: fizemos o melhor que podíamos dentro desta CPI. E tenho certeza de que aprendi muito aqui. E, a partir desta CPI, por ter acompanhado o nascimento dela e por todo conhecimento que eu adquiri aqui, agora eu sou capaz de apresentar à Câmara dos Deputados a proposta de criação de uma CPI.

Agradeço a cada um, aos assessores, aos Deputados que estiveram aqui, a todos aqueles que vieram aqui e deram a sua contribuição, o seu depoimento, seja bom ou ruim.

Quero encerrar valorizando uma mulher que esteve aqui, a Sra. Deputada Regina Becker, que deu um exemplo para o Brasil. Eu sou primeira-dama, e cabia à primeira-dama, em anos anteriores, fazer o trabalho social, levar alimento para quem não tinha, levar um agasalho. Esse era o papel que cabia à primeira-dama. E a Deputada, mais uma vez, mostrou a capacidade, a sensibilidade que as mulheres têm. No Estado dela, que é um Estado mais rico, do sul do Brasil, ela teve a inteligência emocional de fazer com que o marido criasse uma Secretaria Especial dos Direitos Animais. Isso é uma novidade, é uma experiência exitosa que tem de ser mostrada para o Brasil. Então, quero encerrar aqui deixando o meu agradecimento a essa grande mulher que também nos ensinou muito nesta importante CPI.

Agradeço ao Deputado Ricardo Tripoli, ao Deputado Ricardo Izar e também ao nosso querido Paulão, que nos acompanhou pelo Brasil inteiro. Muito obrigada a todos vocês. Encerro aqui emocionada meu depoimento, mas sabendo que fizemos o melhor para o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Antes de passar a palavra ao Deputado Afonso Hamm, eu queria passar a Presidência ao Deputado Chico Lopes, porque ele é o autor do requerimento que tratou da questão dos animais no Exército brasileiro.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Chico Lopes) - Com a palavra o Deputado Afonso Hamm.

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Bom, eu também queria fazer uma manifestação. Eu acho que todos os temas são importantes, assim como este relacionado a darmos toda atenção aos animais. Eu quero cumprimentar o Presidente Ricardo Izar pela condução desta CPI. Também estamos na finalização dos trabalhos e vimos o esforço do Deputado Ricardo Tripoli, que tem suas convicções, seus pontos de vista, mas está ouvindo a todos. As audiências públicas, como foi colocado pela nossa colega Deputada, realmente trouxeram o aprofundamento de informações necessárias, porque há absurdos que ainda se praticam em relação aos animais e dos quais nós todos discordamos, mais do que discordamos, desaprovamos.

Eu, não como Deputado, mas como cidadão, digo: quem não tem apego aos seus animais? Alguns têm identificação maior com cachorros, alguns têm seus animais de estimação, de convivência. Hoje, inclusive nas grandes cidades, nos centros, nas metrópoles, nas regiões mais urbanizadas, há essa convivência do ser humano com seu animal de estimação, que é o seu companheiro no dia a dia. Isso vale para os gatinhos, vale para outros animais que são domésticos e que acabam tendo esse papel importante, mas vale também para todos os animais que vivem na natureza.

Vivemos num país de grandes dimensões e com imensa diversidade cultural, o que faz com que possamos evoluir do ponto de vista desse equilíbrio da valorização do ser humano, da preocupação com o ser humano, do respeito ao ser humano e também do respeito para com os animais, para que não sofram maus-tratos. É uma preocupação de uma grandeza importante, com sua devida dimensão, seu devido equilíbrio. O bem-estar do ser humano é a nossa causa, a nossa razão, mas os animais fazem parte desse ecossistema. Precisamos inclusive culturalmente evoluir para darmos o exemplo, ensinarmos os nossos filhos, os filhos dos nossos filhos, as futuras gerações.

Vejo com muita satisfação essa preocupação com o caráter legislativo também, em que cabe, do ponto de vista legislativo, fazer essa proteção, com



equilíbrio, claro, nunca com exagero, nem oito nem oitenta. Assim como na nossa vida, devemos fazer com os animais. Eu vejo que há avanços importantes.

Eu vim a esta CPI também muito para defender que é possível termos os rodeios, as atividades campeiras, as provas que são hoje feitas, cada vez mais com maior equilíbrio. E as que não forem, que devam ser aprimoradas no seu devido tempo. Essa é uma condição que vai se ajustando, e acredito que o Relator — eu não li ainda o relatório — está propiciando-a.

O tema trouxe preocupações em alguns aspectos? Trouxe, estamos aí para debater. Ainda estamos andando com legislações paralelas em relação aos rodeios lá na Comissão de Meio Ambiente, depois passa pela Comissão do Turismo. Eu fui o Relator na Comissão de Agricultura, já debatemos esse tema. A discussão sobre o que é o rodeio no seu aspecto cultural está em andamento. Parece que ainda no dia 1º teremos uma audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça que tratará dos modelos de rodeio, do rodeio crioulo, dos rodeios de modelo gaúcho, dos Pampas, que se expandem para outros Estados, liderados pelo MTG, o modelo *country*, o modelo americano, que tem a sua concentração maior na Região Sudeste e logicamente em outras regiões, as próprias vaquejadas.

Então, eu entendo que também teremos alguns avanços sobre esses aspectos. Outro dia pedi ao Relator e quero aqui reiterar o pedido de atenção especial à preocupação da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos — ABCCC, que é uma entidade que emprega mais de 200 mil pessoas, direta e indiretamente, com uma cadeia produtiva fantástica, desde quem cuida do animal lá na fase inicial, que nós chamamos de amanunciar, até quem faz a doma e depois a preparação para as provas de morfologia. Inclusive, há uma prova chamada Freio de Ouro, coordenada pela ABCCC, em Esteio, e a maior feira que congrega toda a organização de credenciadoras, de classificatórias, de movimentação dessa atividade que não só é cultural, mas que também faz parte integrada das práticas que nós realizamos em relação aos rodeios. Então, pedimos um carinho muito especial em relação a essa questão. Tenho certeza de que o Relator vai dar essa atenção. Já foi confirmada a presença dessas entidades à audiência pública. Isso vale também para os criadores da raça mangalarga marchador, que também estão mobilizados e interessados...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Chico Lopes) - Inclusive, o mangalarga marchador foi tema de uma escola de samba do Rio de Janeiro, por sinal um bonito samba.

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Então, quando nós mexemos com o aspecto da legislação, nós mexemos com a vida das pessoas, e eu acho que é por esse equilíbrio e bom senso que devem primar esta Presidência, esta relatoria e também os membros, inclusive aqueles que aqui não estão e que nos trazem suas demandas. Eu tenho a convicção de que esta CPI tem e está tendo um papel importante nas denúncias, com as oportunidades que foram dadas aqui de esclarecimentos para que nós possamos colaborar em termos legislativos.

Eu não pude estar presente em todas as reuniões, nem em todas as audiências, mas em muitas delas eu estive. Conheço a dinâmica da Casa, priorizei ser membro titular desta Comissão e agradeço pela oportunidade de ter participado até este momento.

E agora, quando nós vamos nos encaminhar para a finalização e debater o relatório, é importante aprofundar e constituir um relatório dentro desse bom senso e equilíbrio. Eu tenho certeza de que o Relator, o Deputado Ricardo Tripoli, é um homem qualificado e competente, que tem condições plenas de buscar esse entendimento, e da mesma forma a nossa Presidência — agora na condução do Deputado Chico Lopes, que preside neste momento.

Também quero cumprimentar muito fortemente todos dessa estrutura que aqui foi montada pela nossa assessoria, pelos competentes funcionários da Casa, de todas as áreas. Eu já estou no meu terceiro mandato. Anteontem nós realizamos o Fórum Legislativo do Futebol, o primeiro, e, como em todas as áreas de atuação, há um engajamento de consultores, de funcionários, de pessoas dedicadas e que nos ajudam a realizar e a trabalhar essas inúmeras informações para que possamos, como é nosso dever, legislar por uma causa maior, que é a causa do País, que inclui as pessoas, o seu centro, mas que também inclui o bem-estar dos animais, o respeito à vida — e a vida é a natureza, é o meio ambiente. Consequentemente, devemos preservar muito essa relação humana com os animais.



Eu encerro aqui a minha fala, cumprimentando todos os senhores, porque é importante o papel da CPI, as posições distantes, é importante constituir algo que possa e deva exatamente contribuir. É nessa confiança que eu reitero aqui minha posição em respeito a todos e, fundamentalmente, à nossa finalização, porque nos compete fazer um belo relatório, com bons encaminhamentos e providências legislativas que forem necessárias.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Chico Lopes) - Agradeço ao Deputado pelas palavras.

Os Deputados Ricardo Izar e Ricardo Tripoli tiveram um comportamento exemplar como dirigentes máximos desse trabalho.

E uma outra questão é o foco. O nosso foco leva à questão cultural, leva à questão econômica. E decidido é que a serenidade tanto do Relator como de quem dirigiu os trabalhos todos, dentro dessa perspectiva de que queremos um relatório que represente a realidade da demanda neste momento. Quando se fala em vaquejada, há toda uma linha de raciocínio contra e outra a favor. Mas quando se fala em briga de galo, quando se fala em cachorrinho, em cachorro grande já é outra história. Então, nós temos uma cultura dentro de uma cultura de várias culturas.

Eu só fiz um requerimento e perdi por conta de uma reunião com o Ministro do Planejamento e com a Polícia Federal. Eu entendo que segurança e Fisco têm que se unificar para ajudarem a sairmos dessa crise, porque um fiscaliza os contrabandos etc., e o outro dá segurança na questão da economia.

Acredito, Deputado, que toda a sua fala vai nesse sentido, vai ter que ser aprovado o relatório. O que virá além ainda vai para o plenário, para ser discutido e aprovado ou não.

Agora, nós temos que avançar em algumas coisas. Eu convidei o pessoal do Exército. Fui criado ao lado da Escola de Aprendizes-Marinheiros, numa época em que se usava carneirinho para desfilar. Vinha a banda de música, e o mais importante era o carneiro com o aprendiz de marinheiro desfilando. Hoje, os militares não usam mais isso, mas ainda usam o cavalo.



E, pelo que fiquei sabendo da minha assessoria, houve aqui a exposição e nenhum questionamento. Será que o cavalo militar tem estrutura diferente a de outros cavalos?

Faz parte da cultura militar há muito tempo, o que aos poucos vai desaparecendo. As polícias tinham a cavalaria, porque não havia calçamento, não havia asfalto, era areia lá na minha Fortaleza, e faziam a segurança com o cavalo, que anda mais rápido na areia do que uma bicicleta ou qualquer coisa.

Mas a tecnologia também vai trazendo elementos para nos livrarmos de certas coisas. Antes, eu me lembro — eu venho nessa militância — que em Fortaleza se matava o animal com a marreta mesmo, até que apareceu a pistola. No capitalismo, tudo é muito valorizado, e dizem que a carne do animal abatido com a pistola é melhor. Eu digo que o que coloca gosto na comida é a fome e a necessidade, mas como isso é muito mais para efeito de vendas, tudo bem.

E acho que qualquer manifestação aqui tem que ser respeitada, não pode se dizer que é porque é ruralista, que é isso ou aquilo, tirem essa história. Aqui não há médico, aqui não há advogado, aqui não há policial, aqui há Deputados, e eles têm o direito de externar o que pensam, porque aqui eles estão representando o povo, e o povo merece ser escutado. Se houver discordância, que se vá para o confronto político, e não para a violência.

Portanto, eu acho que esta CPI está atingindo os seus objetivos, não foi a mais midiática, para a nossa felicidade, porque também o povo não fica perguntando etc. e tal, mas eu estou feliz de participar dela. Durante os meus três mandatos, igual a V.Exa., eu não queria saber de CPI nenhuma. Como esta aqui é só dos animais, ela foi excelente.

Não havendo mais assunto a tratar, dou por encerrados os trabalhos.

Foi pedida a prorrogação por mais 2 semanas...

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Deputado Chico Lopes, eu queria concordar. A única CPI de que eu participo é esta aqui. Eu não costumo participar de CPIs.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Chico Lopes) - Eu também. É porque CPI aqui, Deputado, é igual a Fla-Flu: quem é contra o Governo bota para lascar, e quem é a favor não vê defeito. E eu não aceito as coisas dessa forma. Na política, temos





erros, temos acertos, mas não há milagre no País, se não for através da política. Isso que é importante.

Convoco reunião para o dia 1º de dezembro de 2015, terça-feira, às 14h30min, com pauta a ser definida.

Está encerrada a reunião.